

ELEIÇÕES NO DF

Eleições em 88 no Distrito Federal são apenas uma hipótese, por enquanto. Mas se o PMDB e o PFL preferem considerar assim e pelo menos ainda não admitem a articulação de qualquer candidatura, os pequenos partidos já começam a se entender na tentativa de formar uma frente capaz de lhes garantir vaga no Legislativo local. O autor da costura, Carlos Zackarewicz, presidente do PDS/DF, já sabe, contudo, que não contará com PT, PDT e PCB. E que ses "pequenos" têm força para eleger até o governador, bastando lembrar apenas os nomes de Lauro Campos, Maurício Corrêa e Carlos Alberto Torres, todos na faixa dos 100 mil votos em 86.

Bancada quer autonomia. Só não sabe como

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

Eleita com o compromisso de garantir a autonomia política para o Distrito Federal, a bancada local no Congresso está hoje dividida. Todos os oito deputados e três senadores, é verdade, conservam o princípio da autonomia, mas discordam quanto a sua forma. Há pelo menos três teses em discussão. O projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização prevê a realização de eleições em novembro de 1988. Seriam escolhidos o governador, o vice-governador e 24 deputados distritais, com mandato tampão de dois anos.

Esta é a primeira tese, que encontra respaldo nos deputados Sigmaringa Seixas e Geraldo Campos, do PMDB; Jofran Frejat, do PFL; e Augusto Carvalho, do PCB, além do senador Pompeu de Sousa, do PMDB. Eles argumentam que dois anos seria o tempo necessário para que o legislativo local organizasse a lei orgânica do DF: gus parlamentares porém, contestam a idéia, afirmando ser impossível realizar qualquer governo em apenas dois anos. É o caso do senador Maurício Corrêa, do PDT, do deputado Valmir Campelo, do PFL, e dos deputados Francisco Carneiro e Márcia Kubitschek, do PMDB.

Campelo, por exemplo, aceita um mandato tampão de dois anos, mas com um governador biônico, negociado com a bancada. Márcia e Carneiro querem eleições somente em 1990, junto com as eleições governamentais. E o senador Maurício Corrêa defende mandato integral de quatro anos, mesmo com eleição no ano que vem.

CANDIDATOS

As posições de Maurício e Campelo vão de encontro às aspirações políticas de ambos. Em toda a bancada, eles são os dois únicos parlamentares que desde o início do mandato insistentemente afirmam pretender concorrer ao Governo do Distrito Federal. Valmir Campelo, ao contrário de Maurício Corrêa porém, não descarta totalmente a possibilidade de se candidatar ainda que o mandato determinado pela Constituinte seja tampão.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF) está fora da disputa pelo GDF, pois afirma preferir o desafio de ser a primeira senadora eleita, já que a hoje deputada Eunice Michiles (PFL/AM) foi integrante da Casa, mas na condição de suplente. A filha do fundador de Brasília, deputada Márcia Kubitschek, continua dizendo ser cedo para se falar em candidaturas. "Acho prematura se candida-

tar para uma coisa que ainda não existe", disse ela, sem esconder, no entanto, uma intenção de concorrer ao cargo. Da mesma maneira, o deputado Francisco Carneiro, que abandonou a carreira de empresário para se dedicar à política, lembra que o sonho de qualquer parlamentar é chegar ao Governo de seu estado.

Também o deputado Jofran Frejat faz charme, garantindo que só concorre ao GDF se a convenção do seu partido o indicar. Frejat costuma dizer que tem um currículo e que o partido deve escolher candidato o que melhor trabalho apresentar. Já o senador Pompeu de Sousa avisa: "Se o meu nome foi indicado, prefiro dissuadir os companheiros que o fizerem". Está satisfeito no Senado.

O deputado Augusto Carvalho, por sua vez, apróia a candidatura de Carlos Alberto Torres, do PCB, ao Governo do Distrito Federal. Mas admite que no partido hoje seu nome é mais conhecido e que "tudo pode mudar".

O deputado Geraldo Campos nunca falou em se candidatar ao cargo, assim como o deputado Sigmaringa Seixas, que mesmo tendo seu nome respeitado dentro do PMDB, não tem respaldo popular. Dos candidatos do partido eleitos, ele foi o menos votado.



Telefones trocados, pista inútil

— Brasília Imperial Hotel, bom dia.

— Não é do PRP?

— Ah, é aqui também...

Este insolito diálogo, travado entre o repórter do CORREIO BRAZILIENSE e o presidente do Partido Renovador Progressista, Valdemar Ferreira, mostra, de maneira clara, a situação da maioria dos pequenos partidos no DF. Após o insucesso eleitoral no ano passado, quando o PMDB e o PFL ocuparam a maioria das vagas na Câmara e no Senado, eles praticamente se desestruturaram. Nem mesmo a perspectiva de realização de eleições no próximo ano deu nova vida aos pequenos.

E praticamente impossível, inclusive, encontrar membros de muitos deles. O antigo telefone do PSC pertence agora a uma alfaiataria. "Tinha um cartão com o novo telefone do partido aqui, mas eu não sei onde está", justificou-se um funcionário da loja. No caso do PTB, também houve troca de telefone. O antigo número agora é de uma sapataria, onde também não sabem informar o paradeiro dos políticos. Em outros casos — talvez em função do recasso de fim de ano — os números fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral sequer atendem. Uma exceção foi o PMB, cuja sede funciona na própria casa do seu presidente regional, Fernando Conde, que no ano passado concorreu ao Senado.

A diferença básica entre Conde e Valdemar Ferreira, do PRP, é algum otimismo. Enquanto este não se mostra motivado com a decisão da Comissão de Sistematização de realizar eleições no próximo ano, aquele garante que o partido está pronto. Fernando Conde lembrou que o PMB tem uma estrutura montada em Brasília. "Mas se trata de um investimento a longo prazo. Por isso não aparece", disse. Desde já, revelou, a idéia do partido é realizar coligações e apoiar um candidato ao GDF lançando apenas candidaturas próprias — ainda não resolvidas — a Câmara Distrital. O Partido Municipalista Brasileiro, porém, não concorda com a aprovação de um mandato tampão. "Não vale a pena eleger um governador por dois anos", opinou Conde. Mas pretende apoiar para um mandato de quatro ou seis anos o senador Maurício Corrêa, do PDT, o ex-deputado Mucio Athayde do PMDB, ou o ex-deputado Israel Pinheiro Filho, também do PMDB.

No PRP, ao contrário, não existe ainda qualquer projeto eleitoral. Com apenas três mil votos dados para três candidatos a deputado em 1986, o partido não se sente em condições de lançar um candidato a governa-



Derrotado em 86, Lindberg é lembrado agora para GDF



Maerle Lima é alternativa fora da bancada do PMDB



Preferido do PFL, Valmir Campelo contesta tampão

PMDB

Nomes, só com eleições marcadas

O grande vencedor das eleições do ano passado no Distrito Federal e no Brasil — o PMDB — ainda não está preocupado com o lançamento de candidaturas, seja para a Câmara Distrital, seja para o GDF. O presidente regional do partido, Milton Seligman, disse que por enquanto o PMDB/DF está unido em torno da defesa de eleições em 1988 e que ainda não é o momento para se falar em nomes. "Primeiro temos que garantir a realização de eleições. Para tanto, decidimos, em reunião do diretório, que todos nós defenderemos o pleito no ano que

vem. Quem atuar de outra maneira estará discordando da orientação partidária", avisou. Milton Seligman reconhece que pelo fato de o PMDB estar hoje no Governo existe um "desgaste natural", que acarretará um desempenho pior na próxima eleição. "Mas ainda assim manteremos a nossa maioria", previu, sem querer arriscar, contudo, quantas cadeiras o partido ocupará na Câmara Distrital e se o governador do Distrito Federal sairá das suas fileiras.

— Vamos buscar alianças que reflitam o entendimento que o

PMDB tem do mundo e da realidade do Distrito Federal", adiantou Milton Seligman, evitando apontar quais seriam os maiores adversários do partido. O presidente preferiu dar o perfil do candidato do PMDB ao GDF: "Terá que ser comprometido com as nossas bandeiras históricas", afirmou. "Temos vários nomes que não podem ser afastados — toda a bancada na Câmara e no Senado, por exemplo, assim como Maerle Ferreira Lima, Lindberg Aziz Curry e Carlos Murilo, entre outros", apontou. "Temos excesso de nomes", concluiu.

PFL

Valmir Campelo surge com força

"Não podemos conjecturar sob hipóteses". Com esta frase o secretário-geral do PFL/DF, Heitor Reis, definiu a atual posição do partido quanto à realização de eleições no Distrito Federal em 1988. "Ainda é preciso que a Constituinte defina a questão para que possamos nos decidir sobre candidaturas e trabalhar nas campanhas", lembrou. Heitor Reis, porém, está descrente. "A bancada local vem lutando pela autonomia política, mas a data para a eleição ainda não foi fixada. Pelo que tenho conversado com diversos parlamentares, sinto que é praticamente impossível

termos eleição no ano que vem", contou.

O secretário-geral, contudo, reconheceu que hoje dentro do PFL o nome de Valmir Campelo desponta como mais forte candidato a governador. Heitor Reis não considera que o lançamento dessa candidatura tenha sido prematuro, mas frisou que o partido ainda não se pronunciou oficialmente a respeito, porque "não houve convenção". Para Reis, "há outros excelentes nomes de candidatos ao GDF dentro do PFL. Mas não podemos lançá-los antes da hora", disse.

Pelos cálculos de Heitor Reis,

se a autonomia política para o Distrito Federal for aprovada na forma posta hoje, o PFL terá condições de fazer boa parte dos 24 deputados distritais. "Em função do nosso bom desempenho nas eleições passadas, temos a certeza de que obteremos muitos votos", afirmou. Reis previu que os pequenos partidos dificilmente conseguirão espaço no Legislativo local. "As vagas ficarão, principalmente, com o PFL e com o PMDB. O PCB, o PT e o PDT também se sairão bem. Esta é uma boa distribuição. Teremos todas as tendências doutrinárias e ideológicas representadas".

Partidos buscam força na união

Os pequenos partidos do Distrito Federal, que nas eleições passadas obtiveram 94 mil votos, estão estudando a possibilidade de se unir em uma frente, a fim de viabilizar a eleição de seus candidatos a deputado distrital. O presidente do PDS/DF, Carlos Zackarewicz, já está tentando costurar esse acordo e para tanto tem mantido frequentes contatos com os presidentes de outros pequenos partidos. A frente, em princípio, seria integrada pelo PDS, PN, PDC, PL, PMB, PCN, PMN, PRP e PPB. Alguns desses partidos, porém, ainda não foram contatados. Segundo Zackarewicz, esta é a única maneira que os pequenos têm de enfrentar os grandes, garantindo a sua participação no Legislativo local.

Com os 94 mil votos desses partidos — raciocinou o presidente regional do PDS — teríamos eleito dois ou três deputados federais. "Se conseguirmos o mesmo desempenho no próximo ano, poderemos eleger cerca de sete deputados distritais, dos 24 previstos pelo projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização", acrescentou. A negociação em torno da participação de cada partido na frente está sendo feita com base na estrutura e nas possibilidades deles. Se o projeto da Sistematização for mantido, cada coligação poderá apresentar 36 candidatos à Câmara Distrital. Essas vagas, portanto, seriam distribuídas entre as

diversas legendas, que se encarregariam de escolher seus candidatos.

No caso específico do PDS, por exemplo, a idéia é buscar um nome de peso em cada cidade-satélite ou aglomeração urbana, "para que possamos ter candidatos fortes em todas as zonas eleitorais e garantir a representação distrital", explicou Carlos Zackarewicz. As candidaturas a governador e a vice-governador, contudo, estariam fora da frente, pelo menos em um governador, contudo, estariam fora da frente, pelo menos em um primeiro turno eleitoral. Assim, cada partido apresentaria os seus candidatos, que se aprovados pelo voto popular teriam o apoio dos demais integrantes da frente.

CANDIDATURAS

Na disputa por personalidades locais para concorrer pelos partidos, o PDS está cercando pelo menos três, nomes. O ex-governador do Distrito Federal, José Ornellas tem se reunido frequentemente com a cúpula do partido. Há dias, porém, Ornellas garantiu ao CORREIO BRAZILIENSE que não pensa em voltar à política. Ainda ligado ao Partido Liberal, pelo qual concorreu ao Senado no ano passado, o ex-governador afirmou preferir esperar a defini-

ção do plenário da Constituinte quanto à autonomia local para tomar qualquer caminho. A definição de Ornellas tem uma explicação: nenhum provável candidato quer entrar no fogo de uma campanha eleitoral antes de saber pelo menos a duração do seu mandato — o que será definido em 1988 pelo plenário da Constituinte.

Além de José Ornellas, o PDS conversa também com o ex-presidente da Telebrasil, coronel Danton Nogueira, e com o empresário Gilberto Salomão. Os dois, segundo Zackarewicz, mostram-se entusiasmados com a possibilidade de concorrer a governador do DF. Em qualquer hipótese de candidatura, o Partido Democrático Social só tem uma certeza, até o momento: o candidato a vice-governador. Trata-se do próprio Carlos Zackarewicz.

Enquanto a maioria dos demais partidos ainda não definiu a sua estratégia de campanha, o PDS avança. Há alguns meses vem elaborando uma plataforma político-eleitoral, que já tem pelo menos dois pontos acertados: o governo a ser eleito no próximo ano seria de transição e se encarregaria de consertar "o que o José Aparecido estragou", sem realizar grandes obras". O segundo ponto, que de certa maneira se insere no primeiro, determina que, se eleito, o candidato do PDS só nomearia o primeiro nome de cada empresa ou órgão.



Carlos Alberto Torres

Tamanho não é documento para três pequenos

Entre os pequenos partidos do Distrito Federal, três despontam com boas possibilidades de eleger deputados distritais e, dependendo das campanhas e candidaturas, até o governador. São eles o PT, o PDT e o PCB. O PDT, por exemplo, tem desde antes da eleição do ano passado o seu candidato ao Governo: Trata-se do senador Maurício Corrêa, que com quase 150 mil votos é uma das maiores ameaças ao PMDB e ao PFL. O PCB promete jogar tudo na candidatura de Carlos Alberto Torres, que em 1986 concorreu ao Senado e, embora não eleito, recebeu quase 100 mil votos. Para os comunistas há ainda a opção de Augusto Carvalho, eleito deputado federal com algo em torno de 40 mil votos. Foi dele, também, a emenda aprovada, concedendo autonomia política para o DF.

E no partido dos Trabalhadores, porém, que se encontram hoje as maiores expectativas quanto a possibilidade de eleger o governador. Após receber 130 mil votos no ano passado, o professor Lauro Campos não entrou no Senado em função das sublegendas. O PT, embora ainda não tenha escolhido qualquer candidato, aposta em Lauro. "O Partido dos Trabalhadores do DF goza de credibilidade junto à população e também junto ao movimento sindical. Por isso creio que temos chances muito grandes de eleger o governador", disse o presidente regional do PT, Orlando Carriello. Segundo ele, entretanto, a idéia do partido no momento é assegurar a realização de eleições no próximo ano. "No mais é fazer o trabalho de sempre", observou.

Preparado, TRE assume diretas no próximo ano

Com a incineração das cédulas usadas na eleição de 1986 no dia 15 de dezembro passado, o TRE cumpriu a última etapa de trabalhos ainda relacionados com aquele pleito. Segundo o presidente do Tribunal, desembargadora Maria Tereza de Andrade Braga, que não presidirá as próximas eleições, tudo já está preparado para um novo processo eleitoral. "Há o antigo problema de falta de funcionários, mas voltaremos a fazer requisições", disse. "Para uma nova eleição", completou, "teremos a vantagem da experiência adquirida na anterior". Se o plenário da Constituinte ratificar a decisão já tomada pela Comissão de Sistematização, marcando eleições para o dia 15 de novembro de 1988, uma série de prazos precisará ser observada, independente de calendário eleitoral específico. São os prazos incluídos no Código Eleitoral, sempre contados em dias.

5 de agosto (102 dias antes)	Encerramento do prazo para realização de convenções regionais para deliberações sobre coligações partidárias e escolha de candidatos.
6 de agosto (101 dias antes)	Encerramento do prazo para alistamento de eleitores.
15 de agosto (92 dias antes)	Data a partir da qual os partidos podem fazer funcionar, das 14h às 22h, alto-falantes ou amplificadores de voz nas suas sedes ou em veículos.
17 de agosto (90 dias antes)	Encerramento de prazo, às 18h, para pedido de registro de candidatos e respectivos suplentes.
6 de setembro (70 dias antes)	Data em que os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados, devem estar julgados, com respectivos acordados ou sentenças publicados.
14 de setembro (62 dias antes)	Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.
25 de outubro (21 dias antes)	Data a partir da qual é proibido divulgar, por qualquer forma, resultados de prévias, pesquisas ou testes pré-eleitorais.
12 de novembro (3 dias antes)	Encerramento da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.
13 de novembro (2 dias antes)	Encerramento do prazo para propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas.